



**Portraits on the child's social history  
in Chesf camp (1949-1985)**

**Retratos sobre a história social da criança  
no acampamento Chesf (1949-1985)**

**Retratos sobre la historia social del niño  
en el campamento de Chesf (1949-1985)**

Laíse Soares Lima<sup>1</sup> , Silvana Aparecida Bretas<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

**Autor correspondente:**

Laíse Soares Lima

E-mail: laisesoareslima@hotmail.com

**Como citar:** Lima, L. S., & Bretas, S. A. (2021). Portraits on the child's social history in Chesf camp (1949-1985). *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12314. <https://doi.org/10.20952/jrks2112314>

**ABSTRACT**

The present study presents results of the doctoral research in education about the education of the child instituted in the camp of Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, in the period of urban and social delimitation of the company (1949-1985). With dialogues that intertwine the field of Social History of Childhood with the History of Education, our objective is to understand how children were perceived in the Company's regulations and as perspectives designed for children's experiences. It is a study based on an analysis of documents, which reveal childhood as essential for the formation of the new context that was being structured. The produced ones indicate the delimitation of a child, regulated by values, norms and possible disciplinary relations of the social sectors and by the school formation.

**Keywords:** Chesf. Kids. Modernity. Social history of childhood.

**RESUMO**

O presente estudo apresenta resultados da pesquisa de doutoramento em educação acerca da educação da criança instituída no acampamento da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, no período de delimitação urbana e social da empresa (1949-1985). Com diálogos que entrecruzam o campo da História Social da Infância com a História da Educação, nosso objetivo é compreender como as crianças eram percebidas nas normatizações da Companhia e as perspectivas designadas para as vivências infantis. Trata-se de um estudo que tem como base a análise de documentos, que revelam a infância enquanto essencial para formação do novo contexto que se estruturava. As conclusões indicam a delimitação de uma criança, regulada por valores, normas e relações disciplinares possíveis através dos setores sociais e pela formação escolar.

**Palavras-chave:** Chesf. Crianças. História social da infância. Modernidade.

## RESUMEN

---

El presente estudio presenta resultados de la investigación doctoral en educación sobre la educación del niño instituida en el campamento de la Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, en el período de delimitación urbana y social de la empresa (1949-1985). Con diálogos que entrelazan el campo de la Historia Social de la Infancia con la Historia de la Educación, nuestro objetivo es comprender cómo se percibía a los niños en la normativa de la Compañía y las perspectivas asignadas a las experiencias de los niños. Se trata de un estudio basado en el análisis de documentos, que revelan a la infancia como fundamental para la formación del nuevo contexto que se estaba estructurando. Las conclusiones señalan la delimitación de un niño, regulada por valores, normas y relaciones disciplinarias posibles a través de los sectores sociales y la educación escolar.

**Palabras clave:** Chesf. Historia social de la niñez. Modernidad. Niños.

## INTRODUÇÃO

---

Para além de um projeto de ambientação residencial, o Acampamento Chesf foi núcleo de uma nova cidade impulsionada pela industrialização elétrica aos moldes do capitalismo periférico que, antes de mais nada, define materialmente as relações de e entre as classes e, sob seu comando, estabelece relações, normas, hábitos, formas de conduta e vivência de uma população recém-chegada no Sertão do São Francisco. Entre o trabalho árduo da edificação das usinas, homens, mulheres e crianças de diferentes faixas etárias compartilhavam um cotidiano comum, repleto de alegrias, tristezas, conquistas e dificuldades que delineavam o modo de ser chesfiano. Logo, a história da Chesf é resultado das histórias de sujeitos distintos, que dedicaram grande parte de sua vida na constituição de um empreendimento que lhes oportunizou novas condições econômicas, sociais e culturais.

O quantitativo de moradores se ampliava a medida que a notícia da obra se espalhava no país. Motivados pela busca de emprego na Companhia, milhares de pessoas se direcionavam a Paulo Afonso a oferecer sua mão de obra. Alguns convidados pela própria diretoria, ofertando um trabalho especializado e outros por interesse pessoal, nem sempre com experiência na área de atuação. De tal modo, a continuidade da obra estava imbricada com o aumento populacional, com uma migração constante proveniente de diferentes estados, minimizando a tradicional busca pelos eixos Rio – São Paulo, tão comuns na procura de oportunidade de trabalho.

Em conformidade com tais afirmações, posteriormente a instalação da Chesf, em 1949, a cidade de Paulo Afonso possuía mais de 6.000 moradores, entre a Vila Poty e o Acampamento, numeração crescente que se elevou em 1956, um ano após a inauguração da primeira usina, para cerca de 10.000 habitantes, sendo 4.014 residentes do Acampamento, distribuídos entre 780 homens, 932 mulheres e 2.302 crianças (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1956). Estas últimas as quais terão particular atenção nesse estudo, pela quantidade numérica que representam e pela singularidade formativa de sua composição.

Nesta perspectiva, nas palavras do Diretor Administrativo da Chesf, quanto aos funcionários da empresa, vinham “[...] dos mais diferentes rincões do país e do mundo, tinha as mais diversas profissões e religiões, contava todas as idades da existência humana, mas se distinguia por um forte espírito de solidariedade baseado no sentimento comum inspirado pela grandeza da obra que executavam” (Carvalho, 1989, p. 141).

O pequeno lugarejo de Forquilha, atual Paulo Afonso, era transformado, portanto, em curto espaço de tempo, por pessoas que se empenhavam no projeto de inovação do Nordeste. A fase inicial das obras representa a coragem e entrega integral de sujeitos potentes, determinantes para o sucesso do empreendimento. Assim, com duração inicial prevista para

cinco anos, novos contornos residenciais, com serviços básicos foram organizados e o sertão passou a ter um novo estilo de vida, urbana e moderna, especialmente com o Acampamento Chesf.

A projeção de uma cidade completa visava a permanência deste grande número de sujeitos, muitos graduados com estilo de vida médio, oriundos de cidades desenvolvidas. O local que anteriormente era desprovido de recursos, deveria proporcionar bem-estar, segurança e comodidade, garantindo uma experiência saudável, que atendesse a demanda diária dos moradores (Souza, 1955). Nesse sentido, como enfatiza o Relatório de Exercício da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, correspondente ao ano de 1955:

[...] teve a CHESF de criar e administrar uma cidade, exercendo atividades de uma prefeitura municipal de certo vulto, o que conseguiu realizar com êxito, mau grado dificuldades facilmente imagináveis, decorrentes da variedade dos serviços e da multiplicidade dos contatos com uma considerável coletividade humana (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1955, p. 9).

Portanto, o caráter de atuação da empresa atendia não apenas a produção e distribuição de energia, assistia um projeto com múltiplas atividades sociais, envolvendo habitação, saúde, educação, lazer, entre outras, implementadas para garantir um estilo de vida e o desenvolvimento regional. Destarte, a Chesf inaugurou um processo de modernização no Sertão do São Francisco, permitindo a adultos e crianças experiências na estruturação da sociedade e na constituição da formação pessoal, uma vez que sujeitos e sociedade estão interligados e se compõem em relações interativas, pois apesar de serem conceitos distintos e gozarem de contradições, não se opõem (Belloni, 2009).

Por esse viés, o foco da nossa discussão remete a infância e as crianças, particularmente do Acampamento Chesf. Frutos de interesses e concepções distintas nos diferentes períodos históricos e sociais, os sujeitos que vivenciam a fase da menor idade obtiveram funções, imagens e papéis delineados pelas instituições erguidas ao seu redor para cuidá-las, protegê-las e conduzi-las na sua formação. A criança da família, da Igreja, do Estado e de tantas outras instancias formais ou informais, configura infâncias diversificadas. Por conseguinte, as crianças do Acampamento são visualizadas por uma perspectiva singular, orientadas segundo fatores específicos que a partir da Modernidade foram centrais na identificação da infância como geração própria distinta dos adultos.

## **DIÁLOGOS SOBRE A INFÂNCIA A PARTIR DA MODERNIDADE**

---

Abordar as perspectivas históricas sobre a infância é reconhecer que atualmente os olhares a essa fase do desenvolvimento humano são frutos de uma construção sócio-histórico-cultural que dinamicamente estão em constante variação, recebendo olhares e atenções distintas a partir da sociedade e época que vivenciam suas experiências.

Nesse sentido, apesar das crianças como seres biológicos sempre se encontrarem presentes na sociedade, é com a Modernidade que se instaura um novo olhar para esses sujeitos e a fase geracional que se encontram. A concepção moderna de infância permite novos relacionamentos, ideias e condutas, estabelecendo um estatuto específico, com valor social da singularidade da infância. Contudo, peculiaridades que não se apresentam homogeneamente para todas as crianças, pois as classes sociais, os grupos culturais, a faixa etária, o gênero, a raça, entre outros aspectos estruturantes, diferenciarão os sujeitos, mesmo que tenham consolidadas questões em comum. (Sarmiento, 2005; Ariès, 2019; Rodrigues, 2010; Boto & Aquino, 2019). Logo,

A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade. Assim, a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário, a

noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na comunidade (Kramer, 2006, p. 14).

O projeto social da era moderna<sup>1</sup> trouxe em sua responsabilidade novas formas de organização social e ideais de indivíduos, planos de igualdade, liberdade e formação econômica que emitiram saberes inéditos para infância. Mais que uma fase natural da vida, a ideia de infância ganha atenção diferenciada, principalmente referente ao cuidado e a educação das crianças. O período permitiu ultrapassar a amálgama existente entre os sujeitos, compreendendo que as distinções dos adultos e crianças são essenciais para o desenvolvimento social, pois, as diferentes idades produzem conhecimentos e ações próprias.

Por essa vertente, as proposições modernas anulam a visão histórica de inatismo da infância, considerando suas características como condições que são construídas, especialmente com as transformações da sociedade capitalista moderna e não como uma forma dada e determinada. A infância se afirma com sujeitos únicos, que por legitimidade possuem um tempo devido, permeado de experiências conforme as normas e valores do grupo sócio-cultural que fazem parte.

Todavia, o reconhecimento da infância enquanto objeto de estudo ganhou ênfase apenas em 1960 com o trabalho pioneiro<sup>2</sup> de Ariès, que sinalizou a inexistência do sentimento de infância anterior a Modernidade. Os estudos de Ariès tornaram-se parâmetros nos diversos países da Europa e do mundo, pois com fontes não habituais, como diários, iconografia e lápides, o autor salientou um novo direcionamento para os estudos da infância, constatando seu espaço no cenário social ao longo dos séculos. Um estudo clássico culminado na obra “História social da criança e da família”, traduzida para o Brasil em 1980, impulsionando brasileiros a uma maior atenção investigativa na área.

A teoria de Ariès oportunizou reflexões sobre a organização da família e das crianças desde a Idade Média até o século XVIII, pois buscou analisar o caminho de identificação da infância por representações simbólicas na sociedade, refletindo como a modernidade concebeu a criança de modo diferenciado, provocando o “sentimento de infância”.

A investigação histórica de Ariès apontou que:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (Ariès, 2019, p. 99).

Portanto, identificou-se que crianças e adultos possuíam vidas que se misturavam, um cotidiano inseparável na Europa Medieval, que a não ser pela faixa etária e tamanho, assemelhava-se os sujeitos, tornando suas experiências equivalentes, sem um lugar especial para a infância. A criança estava presente, mas o modo de representação e de vivência não a caracterizava como real, inseparável na fala, nos trajes e nas participações sociais do universo adulto. Assim, Ariès acentua que suas considerações não rejeitam a existência do afeto com as crianças, porém, proclama a carência de uma atenção e consciência para as especificidades dos pequenos e da fase que se situam.

---

<sup>1</sup> Considerando como era moderna o advento do capitalismo a partir do século XVI.

<sup>2</sup> Embora outros trabalhos em países como Estados Unidos e França tenham debatido sobre a infância desde o começo do século XX, a pesquisa de Ariès é considerada referência primordial nas discussões sobre a originalidade da infância, pela potência na tese defendida e abrangência de caráter mundial que sua teoria adquiriu.

A infância é descoberta de forma evolutiva durante os séculos XV, XVI e XVII, movendo-se do estado de dependência dos sujeitos de pouca idade, para uma gradual representação e reconhecimento, provocado inicialmente pelo sentimento de paparicação, que emerge do seio familiar sobre uma curta idade da vida alimentada pela inocência e candura, permitindo, pois, a idolatração das crianças como objetos de divertimento ou escape para os adultos. Em contrapartida, houve a disposição de um segundo sentimento acerca da infância caracterizado pela moralização, advindo de linha contrária a família, como eclesiásticos, moralistas e homens responsáveis pela lei, que negativamente à paparicação, atentaram-se para a formação disciplinar e racional das crianças. A vertente moralista recusou a perspectiva da criança como passatempo, “pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar” (Ariès, 2019, p. 105). Um sentimento, pois, que verifica a criança como carente que deve ser fortalecida através de costumes e da razão<sup>3</sup>.

Prontamente, Ariès apresenta dois sentimentos de infância com traços distintos, mas que se assimilam pelo interesse destinado as crianças como únicas. Para o historiador, a Modernidade quebra a linearidade das experiências adquiridas, impulsionando contradições e transformações. A criança, entendida como adulto em miniatura, pela aparência e conduta análoga aos homens e mulheres de idade elevada começa a ser retratada e percebida por movimentos de uma nova sociedade<sup>4</sup> que buscam adequá-la.

Contudo, a tese de Ariès não foi integralmente aceita por todos, muitos pesquisadores refutaram suas convicções, especialmente em respeito a ambiguidade e generalização da sua obra. As críticas afirmam que Ariès privilegiou suas fontes sobre as crianças das camadas sócio-econômicas mais elevadas, além de apontarem que outros autores, anteriormente a sua abordagem, já discutiam sobre a infância (Kuhlmann Jr., 2015; Gouvêa, 2007).

As ponderações, no entanto, não anulam a importância do trabalho de Ariès para a história social da infância, pois sua obra permitiu o avanço e a extensão dos estudos na área, além da utilização de fontes não tradicionais na descoberta da história com crianças. O contexto histórico e as possibilidades investigativas devem ser levados em consideração, em destaque para seu arrojo e originalidade que proporcionaram visualizar a infância como construção moderna, histórica e social.

Nesta perspectiva, as argumentações impulsionam no final do século XIX e início do século XX um olhar ponderado para a infância e sua educação, como constituintes do projeto de sociedade. Em nosso país, a criança ultrapassa o lugar de inferioridade e submissão, sobretudo com a República, ganhando um status de patrimônio (Rizzini, 2011). O momento confere a infância como problemática de domínio público, para afeiçoar a geração que irá futuramente atuar na sociedade. Assim, a figura da criança expressava a projeção que a nação comportaria, o que demandava uma educação específica para conduzi-la.

Em consonância, “[...] o advento da República, nesse sentido, ensejou uma revalorização da infância, uma vez que o imaginário republicano reiterava de diversas maneiras a imagem da criança como herdeira do novo regime que se instalava” (Freitas, 2016, p. 26). A atenção para com as crianças estava ligada, portanto, com o futuro do país, logo, ações e instituições foram pensadas para proteger e amparar estes sujeitos, com cunho caritativo, filantrópico, higienista e jurista; afim de preservar a criança dos males que pudessem encaminhá-la para sentidos opostos do trabalho e da disciplina.

A consciência social da época identificava que é na fase inicial da vida que se encontra a possibilidade de moldar a nação para o bem ou para o mal (Rizzini, 2011). Como forma de

---

<sup>3</sup> Neste momento a instituição da escola será essencial para promover ações educativas e disciplinadoras que encaminhem a criança na formação de adultos desejados (Ariès, 2019).

<sup>4</sup> A sociedade Moderna compõe transformações econômicas, políticas e culturais que influenciam na organização familiar, com rearranjos de famílias extensas e públicas para o universo privado e nuclear, além da estruturação de instituições e setores específicos para as necessidades sociais (Ariès, 2019; Corsaro, 2011).

proteger o país, as crianças não podiam ser esquecidas, mas direcionadas conforme os princípios, normas, valores e costumes compreendidos como ideais.

Por esse viés, o conceito de infância no país começa a ser evidenciado, as transformações econômicas e políticas que o capitalismo emergente do século XX impõem tornam o início da vida como momento de passagem para o amanhã, não qualificando sua significância para o presente. A criança é, portanto, a chave para o futuro, sujeito que necessita de cuidados afim de transformar-se em útil para a sociedade, um esforço preciso, para evitar degenerações (Rizzini, 2011).

A representação da criança a coloca em estado de sujeito em processo de constituição, uma preocupação que vai além da esfera familiar, tornando-se interesse social. Uma definição que consiste em um caráter “evolucionista e positivista da época, vigiar a criança para evitar que ela se desvie é entendido como parte de uma *missão eugênica*, cuja meta é a regeneração da raça humana. O homem tem nas próprias mãos o poder de manipular destinos e influir no futuro da humanidade” (Rizzini, 2011, p. 24).

Olhar atentamente para criança é um investimento no porvir do país, em uma idealização de modelos e cenários prováveis. Nesse direcionamento, a criança condiz com o que se espera do ser adulto, vivenciando uma fase permeada de classificações e divisões sociais, que as moldam e emitem suas singularidades (Veiga, 2004). Por conseguinte, o período histórico compreende que “a vida da criança é vivida através de infâncias construídas para elas, a partir das compreensões dos adultos sobre a infância e sobre o que as crianças são e devem ser (Mayall, 1996, p. 1).

Concepções que por não ponderar a criança, seu valor e conhecimento vigente, emitem uma ideia de sujeito passivo e vazio, para ser preenchido pelo que os adultos determinam prudente para elas. Por essa lógica, a criança nasce sem nada, “tabúla rasa” (Locke, 1999), reproduzindo a cultura a qual está inserida ao passo que lhes apresentam o mundo ao seu redor. De tal modo, a consciência e os valores da cultura dominante, instituídos e validados socialmente, devem, portanto, ser transmitidos para as crianças, afim que reproduzam e cresçam sob o mesmo panorama.

Uma infância como tempo de passagem e preparação, a etapa inicial de um progresso no futuro que por sua incompletude deve ser preenchida com o que se denomina socialmente como prudente. Assim, a maturidade é almejada quando as habilidades são adquiridas e seus potenciais são visualizados como úteis e funcionais para contribuir coletivamente.

## **AS CRIANÇAS E A INFÂNCIA NO ACAMPAMENTO CHESF**

---

A construção do conceito de infância do início do século XX delibera o período como estágio em edificação do adulto moderno, processo que distancia a criança da sociedade focalizando na sua atuação do amanhã, como adulto com força de trabalho qualificada para as demandas do capital. O potencial da criança necessitava, portanto, de treinamento e direção, principalmente intelectual para estruturar-se de modo que obtenha sucesso e progresso no mercado global (Dahlberg et al., 2019).

O cenário nacional atravessado por reformas de ordem urbana e industrial tinha, especialmente, no homem adulto com sua força física e racional, a capacidade necessária de atuação para o desenvolvimento presente, ficando a criança em segundo plano para uma condição posterior.

Desse modo, a forma prospectiva que os adultos visualizavam as crianças silenciava suas vozes e seus corpos, emitindo manifestações em seu lugar. Compreender, portanto, a história da infância é perceber sua produção de forma indireta, sobre os sujeitos que a vivenciavam, pelas palavras de quem os conduzia. Os adultos atribuíam as crianças o sentido social, elas eram encaminhadas pela proposta formulada por outrem, por isso, Souza (2020) nos lembra que as crianças historicamente fazem parte de um grupo social minoritário que não possuem suas

individualidades valorizadas. Minoria que não se constitui por questões numéricas, como visualizamos o grande número de crianças residentes no Acampamento Chesf, superior a somatória de adultos, chegando a 2.302 de um total de 4.014 sujeitos no ano de 1956 (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1956), mas que se exprime pelo respeito e atenção minimizados ao que se trata de suas próprias linguagens, desejos, anseios e necessidades. As interações entre os adultos e as crianças portam, pois, exercício de poder, sendo importante visualizar como este poder é efetuado e se há margem de ação das crianças a esse domínio.

Por essa vertente, para compreender qual criança se fazia presente no século XX, é inevitável a busca pelas apreensões dos discursos que investem na sua definição histórica. Conhecer a concepção de criança de uma sociedade revela as nuances que edificam o contexto político, cultural e social do período, pois a cada época novos modos de interpretação e representação são definidos a partir de objetivos normatizadores. Nessa esfera:

Pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico, e isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico. Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos. A compreensão da criança como sujeito histórico exige entender o processo histórico como muito mais complexo do que uma equação do primeiro grau, em que suas variáveis de estrutura explicariam tudo o mais (Kuhlmann Jr., 2015, p. 30-31).

A criança histórica, situada no tempo e no espaço é variante conforme as condições e estruturas que está inserida. A história social da infância não é, portanto, definitiva, percorre caminhos complexos e contraditórios, com nuances que a caracterizam. Portanto, trata-se de uma história não linear, decorrente de cotidianos plurais, com olhares distintos que envolvem as crianças com proteção e amparo, ainda que silencie suas escolhas. De tal modo, não estamos a discorrer sobre conceitos prontos a serem aplicados, como também não inferimos as crianças como objetos sem razão, a infância aqui é entendida como categoria socialmente construída, a etapa inicial da vida ordenada pelas e para as crianças que experienciam a seu modo os elementos lhes oportunizados. Pensamentos que compartilhamos através das palavras de Freitas & Kuhlmann Jr. (2002, p.7) ao delinear sobre o percurso da história infantil:

A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade. Mas a opção por uma ou outra perspectiva é algo circunscrito ao mundo dos adultos, os que escrevem as histórias, os responsáveis pela formulação dos problemas e pela definição das fontes a investigar.

Logo, é notório como a infância é mediada pelas relações que está envolvida com outros sujeitos, para além de seus pares de idade. A compreensão moderna trouxe um lugar específico para a infância, mas não elimina a necessidade de sua aproximação e relação com outras categorias geracionais. Como período que não comporta uma delimitação estática e universal, a infância se configura pelo universo que as crianças estão inseridas em termos de etnia, cultura, classe social, gênero, família, instituições formais e não-formais vinculadas, entre outras que erguem discursos e práticas que encaminham as experiências que os sujeitos dessa fase, em diferentes idades, podem obter (Qvortrup, 2010; Sarmiento, 2005; Veiga, 2020).

Por esse viés, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco foi ao longo do seu período de instalação e produção desenhando contornos sobre as crianças que integravam o Acampamento, bem como, qual seria o objetivo da empresa para com elas. Assim, como referência, no Relatório de Plano de Atividades do Setor de Ensino Integrado (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1978, p. 1) se expõe, inicialmente, a natureza benevolente que a criança possui ao nascer, considerando que “o ser humano nasce de um ato de amor e tem, fundamentalmente, vocação para amar”. Uma vez que a concepção de infância e criança é

configurada a partir de momentos e espaços específicos, a Chesf apresenta uma criança romantizada e harmoniosa, que eleva o sujeito como condutor de uma natureza inerentemente amorosa. A empresa que não nega em seu discurso (Souza, 1955) que sempre procurou o bem-estar e a paz entre seus funcionários e familiares, vê na criança o sujeito essencialmente bom que precisa ser preservado, tendo uma vida repleta de vivências positivas para não ser corrompido pelos males que a falta de afeto os dispõe, desse modo, utilizando-se das palavras de Pio XII no Relatório acima referido, aponta que “muitos homens são ainda maus porque não foram suficientemente amados” (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1978, p. 1).

Neste sentido, preservar a condição de bondade e pureza das crianças, proporcionando-lhes ações favoráveis permitiria a formação de uma comunidade que não fosse pautada em conflitos. Com seu discurso benévolo, a Companhia delineou que a criança deveria ter um desenvolvimento que a situasse historicamente no contexto a qual fazia parte, apresentando de modo contextualizado sua cultura e identidade. Para tanto, afirmava que “[...] sua tarefa não é formar o homem abstrato, mas formar o homem de determinada nação, de determinado meio social e época histórica” (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1978, p.1). Prontamente, um homem para compor a nação em desenvolvimento econômico e industrial, com força de trabalho, em seguimento de uma linha capitalista que a cultura dominante do século XX propôs. Ótica que não distânciava a argumentação até aqui esboçada, de uma infância em estado de passagem preparatória, orientada por conhecimentos transmitidos para reprodução da ordem social.

A Chesf, assim, investiu em setores sociais no interior do Acampamento, o que por consequência permitia a formação das crianças a partir dos princípios e delineamentos orientados pela empresa. A criança, portanto, teria suas experiências realizadas para além do seu lar, no interior de instituições que conduziram seu desenvolvimento, promovendo modelos ideais de sujeitos para dar continuidade aos objetivos da empresa.

Nessa trilha de proposições, a infância pode ser entendida como uma categoria com conceito dinâmico, pelas narrativas centrais que a determinam historicamente. Assim, uma categoria com tensionamentos sócio-histórico e psicobiológico, resguardada pelas conclusões dos adultos (Kuhlmann Jr. e Fernandes, 2004). Desse modo, a ideia unívoca de criança e infância é resignificada, pois “há muitas crianças e muitas infâncias, cada uma construída por nossos entendimentos da infância e do que as crianças são e devem ser” (Dahlberg et al., 2019, p. 63).

Para além de uma fase biológica, com atributos comuns, compreendemos que historicamente existem infâncias plurais, com semelhanças e diferenças, multiformes e particulares. A infância será em todo caso uma categoria permanente, da composição geracional, mas as crianças serão sempre variantes e heterogêneas em suas configurações, logo, “[...] para as próprias crianças, a infância é um período temporário. Por outro lado, para a sociedade, a infância é uma forma estrutural permanente ou categoria que nunca desaparece, embora seus membros mudem continuamente e sua natureza e concepção variem historicamente” (Corsáro, 2011, p. 15). Em acordo, Qvortrup (2010) ao falar da infância a considera uma categoria universal, estrutural e fixa, vez que, todos os sujeitos antes de chegar a idade adulta terão que vivenciá-la, contudo, é igualmente social por agrupar inúmeros sujeitos com estilos etários comuns; igualmente, para o autor “não faz sentido afirmar que a infância não é parte integrante da sociedade; ao contrário, não seria possível imaginar existirmos sem a infância” (Qvortrup, 2010, p. 9).

Assim, é por essa vertente, que admiti a criança como parte da sociedade, que conduzimos nossas reflexões. Buscamos ultrapassar a perspectiva romântica e naturalista, que a empresa institui considerando a criança como sujeito essencialmente amoroso que precisa ser conduzido por laços de afeição, ao passo que é formada para atender as demandas que a sociedade lhes solicita, pelo entendimento que a infância se produz pelas relações e tempos experienciados, com sujeitos únicos e distintos. A criança relaciona-se com o meio disposto, com os sujeitos presentes, com os materiais propostos e com o arranjo sócio-econômico e



cultural vivenciado, o que por sua vez, viabiliza realidades distintas entre elas que a seu modo, mesmo diante as normas comuns que não possibilita suas expressões, constroem formas singulares de interpretar o mundo ao seu redor (Sarmiento, 2005). Assim, apesar do processo de reprodução e continuidade nos pensamentos e ações, elas possuem particularidades que as diferenciam.

Cabe salientar, que ao nascer a criança está imersa em uma esfera social já determinada, que será interiorizada por ela através das interações oportunizadas, produzindo contrastes e lugares específicos de acordo com suas condições e estado<sup>5</sup>. Desse modo, mudanças e constâncias fazem parte da configuração histórica da infância, existindo padrões e posições distintas no decorrer do tempo social.

Nessa direção, não podemos falar de uma criança congênere no Acampamento Chesf, apesar dos valores, normas, costumes e ordens comuns, as crianças foram muitas, crianças filhas de engenheiros, com classe econômica elevada, provenientes de centros urbanos do país; crianças filhas de operários, na sua maioria sertanejos, com pouca escolarização; crianças que compõem contrastes, ricas e pobres; urbanas e rurais; negras e brancas; com familiaridade com a arte, a leitura e a escrita; ou com suporte apenas do que o meio natural poderia oferecer. Eram muitas, crescentes, singulares, com universos distantes, mas em um espaço instituído e comum<sup>6</sup>.

O que não podemos negar, portanto, é a sua presença e influência na estruturação do espaço urbano do Acampamento e na necessidade de propostas que pudessem lhes atender. Foram postos de puericultura, hospital, escolas, clubes, entre outros setores que de modo direto ou indiretamente se organizaram contemplando uma ação para com elas. O que as tornava membros da sociedade, mesmo que tivessem decisões e exercícios limitados pela gerência de familiares e adultos. Por conseguinte, eram uma unidade no interior da estrutura Chesfiana, que atuavam e se socializavam com as demais categorias geracionais, não estavam apenas nos lares, mas podiam ser percebidas nos demais contextos, instituições e eventos.

Considerar a infância chesfiana como categoria socialmente construída, é, portanto, verificar a infância de um preciso período, permeado por edificações de usinas e projetos urbano e elétrico, em uma região com poucos recursos, mas com potência para o progresso e desenvolvimento. É por esse cenário que a infância será constituída, com perspectivas elaboradas para um ser criança que não é apenas biológico, mas essencial para o futuro de um novo estado social em evolução.

Perspectiva que corrobora com a visão de Corsaro (2011) ao apresentar que em tempos modernos há modelos funcionalistas nos quais a criança é orientada para responder ao funcionamento da sociedade, como membro passivo em estado de treinamento. Esse modelo é entendido, assim, como determinista por provocar a incorporação da estrutura social nas crianças, sem considerar seu valor ativo e as interferências por elas motivadas.

Nessa linha de pensamentos, “[...] pela determinação econômica é que a sociedade fabrica os indivíduos” (Belloni, 2009, p. 36), logo, o que a criança deve ser está pautado nos princípios definidos como essenciais para o funcionamento social. A criança é entendida como um projeto, que carece de competências sociais, políticas e culturais, ativas para o mundo. Conhecimentos que são reproduzidos historicamente pelos grupos e contextos participantes que possuem internalizados práticas e concepções em seus corpos e mentes. Desse modo, para a criança, a história da “constelação humana na qual ele cresceu e viveu – confere-lhe sua marca” (Elias, 1991, p. 63).

---

<sup>5</sup> Para Qvortrup (2010) os principais fatores que diferenciará as crianças serão sistema político e as questões econômicas que elas estão envolvidas. Para tanto, os padrões sociais prevaletentes serão as forças estruturais das infâncias.

<sup>6</sup> Apesar dos bairros do Acampamento serem distribuídos conforme a classe social dos funcionários, as crianças partilhavam dos mesmos espaços e instituições de lazer e educação.

Para tanto, foi por meio do processo relacional de socialização no interior do Acampamento que as transmissões de valores, crenças, normas, condutas e representações foram propiciadas. A socialização em espaços familiares e coletivos como igrejas, parques, clubes e escolas, difundiram o que se desejava como comum para os membros, em especial para as crianças, que estavam em processo inicial de formação. Tais instituições preservam e propagam símbolos das convicções predominantes na cultura, economia e política do país, reproduzindo como basilar uma formação centrada em um modelo singular de identidade infantil, o que por sua vez, transforma as experiências das crianças em um seguimento vertical e unilateral.

De tal modo, compreendemos que o período e o Acampamento Chesf instituíram uma referência de infância, diversa do mundo adulto, mas com unidades análogas e regulares que propõem, sobretudo, uma sociedade moderna e civilizada. Assim:

[...] as relações entre infância e modernidade se estabeleceram no esforço da produção de uma tradição, o ser criança civilizada. Compreendendo o tempo da infância como produção sociocultural entendo que a possibilidade do aparecimento de um tratamento distinto da criança em relação ao mundo adulto esteve associado à produção de lugares específicos a ela destinados, à produção de novas relações de autoridade e à elaboração de novas formas de comportamento. Esses elementos foram fundamentais para que o ser criança civilizada fosse universalizado como infância na modernidade (Veiga, 2004, p. 37).

A autora apresenta reflexões confirmando que por meio da modernidade as distinções geracionais entre adultos e crianças ocorrem e a socialização produz um espaço social específico para as crianças, mesmo que não formulado por elas, mas com uma determinação civilizadora e regular para atender as demandas do tempo histórico. Igualmente, a criação de uma infância com base na perspectiva civilizatória, contempla a proposta de formação de um futuro adulto, elaborado com proposições modeladoras e disciplinares.

Caminho que tem na escola da infância o sentido possível e eficaz para oportunizar comportamentos e ideais, libertando o país de atrasos em direção para o desenvolvimento. Neste caso, no Acampamento Chesf, o período se respalda em transformações, que perpassam a formação humana, em especial das crianças, e se expande para setores sociais.

A infância chesfiana institucionalizada, em especial, por meio das escolas, seriam configuradas visando o desenvolvimento e progresso da região que se formava. As crianças representam o futuro do Acampamento, que após a conclusão das obras poderia permanecer propagando as normatizações e objetivos da empresa. Logo, as escolas regulamentadas pela Companhia foram essenciais para reprodução de valores sociais e culturais, permitindo a formação civilizatória de crianças diversas, por um sentido comum.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A perspectiva moderna apresentou um novo sentido para infância, com olhares que a percebem para além de uma negatividade. A criança que historicamente ocupou o lugar de dependência, incapacidade ou mesmo foi esquecida socialmente, com as nuances advindas do capitalismo é reconhecida como sujeito com capacidades futuras para manutenção e afirmação de convicções e ideais.

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, ao formar seu Acampamento, repleto de trabalhadores acompanhados de seus filhos propõe a organização de espaços sociais e educacionais que possam conduzir a formação dos pequenos pelos princípios designados pela empresa. Logo, as interações e experiências estabelecidas pelas crianças foram mediadas por questões políticas, econômicas e sociais que definiram modos de vivenciar a infância, orientadas pelo espírito de que as crianças deveriam ser preservadas na pureza e amor que

possuem desde o nascimento, sem degenerações ou males que as corrompessem e as encaminhassem para sentidos opostos da familiaridade que o Acampamento preservava.

De tal modo, além das instituições educativas não formais, como igrejas, clubes e parques, a Companhia foi responsável pela edificação de um complexo escolar, que atendesse as diferentes faixas etárias e graus de escolaridade das crianças, afim de que ocorresse uma formação comum, que a diversidade, seja étnica, cultural, econômica, ou tantas outras visivelmente percebidas, fossem suprimidas por preceitos e valores comuns que delineassem o novo povo chesfiano. Assim, a escola tornou-se instrumental central para compartilhar um estilo de vida, ao passo que instruía as crianças para futuras atuações sociais.

**AGRADECIMENTOS:** Não aplicável.

**CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:** Lima, L. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Bretas, S. A.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante. As autoras leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

**CONFLITOS DE INTERESSE:** As autoras declaram que não há conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

- Ariès, P. (2019). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Belloni, M. L. (2009). *O que é sociologia da infância*. Campinas: Autores Associados.
- Boto, C., & Aquino, J. G. (2019). *Democracia, escola e infância*. São Paulo: FEUSP.
- Carvalho, A. (1989). *Paulo Afonso e a integração nacional*. Rio de Janeiro: Forense.
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (1955). *Relatório da Diretoria, exercício de 1955*.
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (1956). *Relatório da Diretoria, exercício de 1956*.
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (1978). *Setor de Ensino Integrado. Relatório/Plano de Atividades*.
- Corsaro, W. A. (2011). *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed.
- Dahlberg, G., Moss, P., & Pence, A. (2019). *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Penso.
- Elias, N. (1991). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Freitas, M. C. (2016). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Freitas, M. C., & Kuhlmann Jr., M. (2002). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez.
- Gouvêa, M. C. (2007). A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: Lopes, A., Filho, L. M. F., & Fernandes, R. (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-38.
- Kramer, S. (2006). A infância e sua singularidade. In: Brasil, Ministério da educação. *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos*. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, p. 15-25.
- Kuhlmann Jr., M. (2015). *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação.
- Kuhlmann Jr., M., & Fernandes, R. (2004). Sobre a história da infância. In: Faria Filho, L. (Org.). *A infância e sua educação: materialidades, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 12-34.
- Locke, J. (1999). Alguns pensamentos acerca da educação. *Cadernos de Educação*, 13(22), 147-171. <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i22.1490>
- Mayall, B. (1996). *Children, health and the social order*. Buckingham: Open University-Press.
- Qvortrup, J. (2010). A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, 36(2), 631-643. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200014>
- Rizzini, I. (2011). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Rodrigues, M. G. (2010). Dos dizeres sobre a história, a infância e a escolarização: diálogos pertinentes. *Paidéia*, 7(8), 11-40.

Sarmiento, M. J. (2005). Crianças: educação, culturas e cidadania activa: Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. *Perspectiva*, 23(1), 17-40.

Souza, A. J. A. (1955). Paulo Afonso. Coleção Mauá. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas - Serviço de Documentação.

Souza, G. de. (2020). Educar na infância: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto.

Veiga, C. G. (2004). Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: Faria Filho, L. M. (Org.). *A infância e sua educação*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-82.

Veiga, C. G. (2020). As crianças na história da educação. In: Souza, G. (Org.). *Educar na infância: perspectivas histórico-sociais*. São Paulo: Contexto, p. 21-40.

**Recebido:** 26 de abril de 2021 | **Aceito:** 2 de maio de 2021 | **Publicado:** 6 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.